

O antiimperialismo de Stálin e a Questão Chinesa dos Anos de 1920

Danilo Enrico Martuscelli*

Após a vitória da Revolução de Outubro, em 1917, e a derrota da revolução dos comunistas em alguns países da Europa Ocidental, o foco de atenção deslocou-se para o processo de guerra civil, em curso, na China, isto é, a polêmica instaurada tinha um ponto de partida comum: em 1926, a China estava em vias de sua segunda revolução¹. As cisões no movimento comunista resultaram na formação de duas linhas políticas distintas para orientar a luta de classes na formação social chinesa. De um lado, a posição oficial do *Comintern* sustentava que para combater o imperialismo estrangeiro e os resquícios de feudalismo ainda existentes na China e realizar a etapa democrático-burguesa da revolução, seria necessária a aliança do proletariado urbano industrial com a burguesia nacional. Tal linha política se efetivou na aliança do Partido Comunista da China com o *Kuomintang* na China². De outro lado, os opositores defendiam que apenas uma aliança do nascente proletariado urbano com as massas camponesas oprimidas tornaria possível a transformação radical das relações sociais existentes na China. Nesse sentido, a burguesia nacional chinesa não lograria criar autonomia política diante da burguesia compradora, pró-imperialista.

Com o objetivo de aprofundar a discussão desse debate que tomou a atenção dos comunistas no final dos anos de 1920, procuraremos analisar os escritos de um dos principais dirigentes comunistas do período: Joseph Stálin. Observamos que predomina nos escritos desse dirigente comunista não só uma concepção evolucionista-linear das etapas de desenvolvimento das “sociedades humanas”, sintetizada na idéia de que qualquer povo passaria necessariamente pelas fases sequenciais desde a comunidade primitiva, passando pelo escravismo, o

feudalismo e o capitalismo, até chegar ao socialismo; como também uma visão tutelar acerca das classes exploradas numa dada formação social, reforçando, assim, a tese de que seria natural numa dada fase da “evolução humana” a dominação política sobre parcela significativa das classes exploradas como meio de atingir um nível civilizatório superior, numa etapa seguinte. Juntas, as concepções evolucionista-linear das etapas de desenvolvimento das “sociedades humanas” e de tutela sobre os produtores diretos, produzem efeitos significativos sobre a própria concepção de luta antiimperialista defendida por Stálin.

Diríamos que os escritos de Stálin produzem um duplo efeito: de um lado, fazem alusão à relação entre antiimperialismo e socialismo, e, de outro, dissimulam a relação entre antiimperialismo, socialismo e extinção das contradições de classe. Para ser mais preciso, sustentamos que na construção da relação entre antiimperialismo e socialismo, Stálin toma como necessário, no âmbito da efetivação da luta antiimperialista, a formação de um Estado que represente os interesses da burguesia nacional, e, no âmbito da consecução dos objetivos socialistas, a constituição de um Estado voltado para os interesses do proletariado. Na prática, no entanto, ao analisar a luta de classes na formação social chinesa, Stálin não aponta para a dissolução do próprio Estado, nem, conseqüentemente, para a abolição das classes sociais. No limite, o antiimperialismo de Stálin está vinculado à perpetuação das relações de classe e, portanto, das relações de exploração e dominação classistas, ou ainda, sob a bandeira do antiimperialismo coloca-se, nas entrelinhas, a perspectiva da necessidade da exploração e da dominação política de parcela considerável dos

* Doutorando em Ciência Política pela Unicamp. Correio eletrônico: daniloenrico@yahoo.com.br. Somos gratos a Lúcio Flávio Rodrigues pelas observações feitas à primeira versão deste artigo.

1 BROUÉ, Pierre (org.). *La question chinoise dans l'Internationale communiste (1926-1927)*. Paris: Études et documentation internationales, 1965. As transformações políticas ocorridas na China, em 1911, resultaram na derrubada da dinastia Ching e na proclamação da República, caracterizando a primeira revolução desse país.

2 O Partido Comunista da China (PCC) foi fundado em 1921. Nos dois

primeiros congressos que realizou, em 1921 e 1922, o PCC recusou a colaboração de classes com a burguesia nacional e defendeu a independência política do partido. No entanto, como observa Naves, a partir do terceiro congresso, em 1923, o PCC passou “a adotar uma política de colaboração e de alianças com as forças do Kuomintang (Partido Nacionalista), de Sun Yat-sen, abandonando a perspectiva de uma revolução proletária na China em favor de uma revolução nacional-burguesa”. NAVES, Márcio Bilharinho. *Mao: o processo da revolução*. São Paulo: Brasiliense, 2005, p. 19.

produtores diretos – a massa camponesa, em especial – como algo legítimo e desejável para a constituição da ditadura do proletariado.

A revolução proletária e a ditadura do proletariado

Ao tratar do problema da revolução proletária, ganha relevância, na análise de Stálin, a questão da ditadura do proletariado que constitui um diferencial na história dos Estados de classe até então existentes. Para Stálin, se os Estados de classes que existiram configuraram uma ditadura da minoria exploradora sobre uma maioria explorada, a inovação da ditadura do proletariado consiste em inverter essa relação: na constituição de uma ditadura da maioria explorada sobre a minoria exploradora³. Consideramos possível interpretar que, para Stálin, na revolução proletária coexistem uma classe explorada e uma classe exploradora, ou seja, o processo de valorização do capital continua a se desenvolver, acarretando não um permanente processo de superação das velhas relações de produção, mas a permanência dessas.

Esse aspecto fica evidente quando Stálin indica alguns elementos que comprovam a força da burguesia derrubada no período pós-revolucionário: a) a força e solidariedade das relações internacionais da burguesia; b) a conservação do que ele denomina “uma série de enormes vantagens”, entre as quais, a conservação do dinheiro, de bens imóveis, de relações e hábitos de organização e administração, de uma instrução mais elevada em relação ao restante da população; de uma experiência militar superior. Além disso, Stálin assegura que é impossível expulsar os proprietários rurais, capitalistas e pequenos produtores de mercadorias sem estabelecer um “entendimento”. Dessa maneira, Stálin compreende que, com a instauração da revolução proletária, o proletariado toma o poder, mas não contém a força política da burguesia, o que significa dizer que a valorização do capital pode continuar a se desenvolver sob a hegemonia do proletariado.

Em síntese:

“Dentro do capitalismo a democracia é uma democracia capitalista, a democracia da minoria exploradora, baseada na restrição dos direitos da maioria explorada e dirigida contra essa maioria (...). Sob a ditadura do proletariado a democracia é uma democracia proletária, uma democracia da maioria explorada, baseada na **restrição dos direitos** da minoria exploradora e dirigida

contra esta minoria⁴.”

No entanto, não seria prudente de nossa parte se considerássemos apenas as observações em que Stálin sustenta a idéia de continuidade ou de inversão de posições (velho e novo oprimido/ velho e novo opressor), pois são evidentes em seu texto alguns apontamentos que remetem à idéia de destruição do Estado burguês. Isso aparece em passagens como a que segue:

“A ditadura do proletariado não pode brotar como consequência do desenvolvimento pacífico da sociedade burguesa e da democracia burguesa; **apenas pode surgir como resultado da destruição** da máquina do Estado burguês, do exército burguês, do aparelho burocrático, da política burguesa⁵.”

A partir disso, é possível afirmar que duas problemáticas funcionam no texto de Stálin, quando este se atém à conceituação da ditadura do proletariado. Idéias de continuidade e destruição combinam-se em suas formulações teóricas. Quando o dirigente comunista conceitua o que vem a ser o poder soviético é possível identificar numa só passagem a operação de duas problemáticas:

“(…) o Poder soviético é uma nova forma de organização estatal, que se distingue em princípio da velha forma democrático-burguesa e parlamentar, um novo tipo de Estado, adequado não à tarefa de exploração e opressão das massas trabalhadoras, mas antes à tarefa de libertar completamente estas massas de toda espécie de opressão e de toda exploração, preparado para a tarefa da ditadura do proletariado⁶.”

Nesse trecho, ao mesmo tempo em que se alude à idéia de destruição da velha forma estatal, ao não se esclarecer que o denominado “novo tipo de Estado” é transitório e que, portanto, não deve perpetuar-se como forma de organização jurídica-política da sociedade, devendo existir, assim, apenas até o desaparecimento das classes sociais, Stálin parece entender que o poder soviético é uma organização jurídica-política de vida longa e que apenas inverte a relação de opressor e oprimido, o que significa, no mínimo, que a antiga burguesia continua a existir no período pós-revolucionário, bem como a valorização do capital. Na verdade, Stálin parece operar com a idéia da substituição de um Estado (burguês) por outro (proletário), sem problematizar rigorosamente a própria dissolução das sociedades de

3 Essa posição pode ser encontrada numa série de conferências realizadas por Stálin na Universidade de Sverdlov, em abril de 1924, em especial no texto-conferência: “A ditadura do proletariado” In: *Questões políticas* (Col.

Fundamentos, n.11). Belo Horizonte: Aldeia Global Editora, 1979.

4 Cf. “A ditadura do proletariado”, op. cit., p. 46. (grifos nossos)

5 Cf. “A ditadura do proletariado”, op. cit. (grifos nossos)

6 “A ditadura do proletariado”, op. cit., p. 49.

classes, o que resulta, no mínimo, na definição do Estado proletário como um Estado substituto do Estado burguês, e, portanto, como um Estado que não deve perecer.

A revolução nos países subordinados ao imperialismo

Se Stálin tem a preocupação de traçar as características elementares e gerais da revolução socialista, não deixa de explicitar também as diferenças existentes entre a revolução nos países imperialistas e nos países subordinados ao imperialismo. Segundo o dirigente comunista, enquanto nos países imperialistas a burguesia é opressora de outros povos, é contra-revolucionária em todas as etapas da revolução e o fator nacional está ausente da luta emancipadora; no caso dos países denominados “coloniais e dependentes”, a opressão imperialista de outros Estados é um dos fatores da revolução e não deixa de afetar a burguesia nacional, que em determinada etapa e durante determinado período pode apoiar o movimento revolucionário de seu país, o que torna, nesse sentido, o fator nacional, um fator da revolução⁷.

Aqui o dirigente comunista trava uma luta contra os seus opositores que não visualizariam o impacto que o imperialismo teria sobre parte da burguesia nacional. Stálin entende que a burguesia nacional é um dos aliados potenciais do proletariado na revolução democrático-burguesa: “(...) nos países coloniais, os blocos e os acordos temporários com a *burguesia*, numa etapa determinada da revolução colonial, não apenas são admissíveis, mas evidentemente necessários”⁸. Ou como consta na crítica endereçada à oposição, tomando como base o caso chinês:

“Ao que parece, a oposição supõe que os blocos com a burguesia nacional nos países coloniais não de ser duradouros. Mas isso apenas podem supor pessoas que tenham perdido os últimos vestígios do leninismo. Se os senhores feudais e o imperialismo são, na China, na etapa atual, mais fortes do que a revolução, se a pressão dessas forças adversas levou o Kuomintang a desviar-se para a direita e a uma derrota temporária da revolução chinesa, apenas podem regozijar-se por isso pessoas contagiadas de derrotismo”⁹.

Com a crise chinesa de 1927 e a trágica derrota dos revolucionários, Stálin recebeu duras críticas de seus opositores, dentre eles Trotsky, tendo inaugurado uma “nova estratégia”. A partir desses episódios, Stálin continuou a afirmar que a linha política do *Comintern* era adequada à formação social chinesa, localizando o problema central da derrota na aplicação dessa linha política pelo oportunismo de direita de Chen Duxiu e de outros dirigentes chineses¹⁰. Nessa avaliação, o problema da derrota da revolução estaria principalmente ligado ao papel cumprido pelas direções políticas, ou ainda, tudo se remeteria às condições subjetivas do processo revolucionário, nada sendo dito sobre as condições e possibilidades de a burguesia na China, denominada por Stálin como burguesia nacional, se empenhar efetivamente numa luta antiimperialista em aliança com o proletariado.

Stálin apresenta também outras duas subdivisões para cada um dos tipos particulares de revolução. Para ele, há uma diferença essencial entre as revoluções burguesas dos países imperialistas do Ocidente (Inglaterra, França, Alemanha e Áustria) e a revolução burguesa da Rússia imperialista. No primeiro caso, o proletariado não podia representar uma “força política independente” devido à sua debilidade, cabendo, dessa maneira, à “burguesia liberal” a hegemonia da revolução. Nesse sentido, nos países do Ocidente, “os camponeses não obtiveram sua libertação do regime de servidão das mãos do proletariado, pouco numeroso e não organizado, mas das mãos dos burgueses”¹¹. Já no segundo caso, o proletariado podia representar uma “força política independente”, pois na Rússia havia uma extraordinária concentração de operários na indústria (54% de todos os operários trabalhavam em empresas com mais de 500 operários); existia um partido revolucionário; praticava-se nas empresas “escandalosas formas de exploração”; havia um regime policial dos “carrascos czaristas”; a burguesia russa era débil politicamente, sendo servidora do czarismo no pós-1905; havia feudalismo no campo e onipotência dos proprietários rurais; estava em curso uma guerra imperialista; o czarismo agravava a opressão dos proprietários rurais e dos capitalistas, o que veio a fortalecer a formação de uma frente única, formada pelo bloco operário-camponês. Nessa situação, os camponeses tornaram-se um aliado do proletariado, pois não tinham esperança de concretizar suas reivindicações imediatas apoiando

7 Cf. “Sobre o problema da China” In: *O marxismo e o problema nacional e colonial*. (História e política 3). São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

8 Cf. “Sobre o problema da China”, op. cit., p. 177.

9 Cf. “Sobre o problema da China”, op. cit., p. 182.

10 Ver: SOFRI, Gianni. “O problema da revolução socialista nos países atrasados” In: HOBBSAWM, Eric (org.). *História do marxismo: o marxismo na época da Terceira Internacional*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

11 Cf. “O problema camponês”, In: *Questões políticas*, op. cit., p. 55.

uma burguesia afeita à guerra¹².

Em relação aos países “coloniais e dependentes”, Stálin apresenta alguns problemas que o levam a fazer ponderações importantes a respeito da natureza da revolução nesses países. Segundo ele, a revolução na China e na Índia não se desenvolveria, nesse período, da mesma maneira que a revolução na Turquia, Pérsia e Afeganistão. Entre os últimos, quase não havia proletariado industrial e não existia uma poderosa revolução agrária camponesa, ou seja, era uma revolução da burguesia comercial nacional contra, em primeiro lugar, os imperialistas estrangeiros, e, em segundo lugar, contra os camponeses e operários. Entre os primeiros, pelo contrário, havia um certo número de proletariado industrial ativo e combativo, com prestígio entre os camponeses e existia uma ampla revolução agrária que visava superar as sobrevivências do feudalismo¹³. Portanto, neste caso, havia a possibilidade de ocorrência de uma revolução sob a hegemonia do proletariado.

A revolução na formação social chinesa

Ao tomar o exemplo da China, Stálin desenvolve a tese das etapas da revolução nos países que não integram o bloco imperialista. De acordo com ele, a China é “um país oprimido, semicolonial, obrigado a lutar contra a opressão imperialista de outros Estados”¹⁴, o que significa que o proletariado chinês deve realizar acordos “temporários” com a burguesia nacional¹⁵. Seguindo essa linha de argumentação, Stálin esquematiza as etapas da revolução chinesa:

“(...) a primeira [etapa] é a revolução da frente única nacional geral, o período de Cantão, quando a revolução dirigia seus golpes fundamentalmente contra o imperialismo estrangeiro, enquanto a burguesia nacional apoiava o movimento revolucionário; a segunda etapa é a da revolução democrático-burguesa, após a chegada das tropas nacionais ao rio Yang-Tse, quando a burguesia se afastou da revolução,

enquanto o movimento agrário se desenvolveu até converter-se em poderosa revolução de dezenas de milhões de camponeses (a revolução chinesa encontra-se atualmente na segunda etapa de seu desenvolvimento); a terceira etapa é a da revolução soviética, à qual ainda não se chegou, mas se chegará¹⁶.”

Desse modo, se a primeira fase define-se como etapa de ataque ao inimigo externo (“imperialismo estrangeiro”), na segunda fase, o movimento revolucionário deve-se dirigir contra o inimigo interno (“regime feudal” ou “resquícios de feudalismo”). No entanto, o dirigente comunista ressalta que é apenas na etapa soviética que a luta contra o imperialismo e a revolução agrária podem atingir o seu coroamento, ou seja, lograr romper definitivamente com as formas do poder existentes. Esse posicionamento levou-o a divergir da política adotada pela oposição que defendia a formação dos *soviets* de deputados operários e camponeses e, conseqüentemente, a saída dos comunistas do *Kuomintang*, na etapa democrático-burguesa¹⁷. Ao se referir ao período do governo de Wu-Tchang, no qual se desenvolvia o “Kuomintang de esquerda”, Stálin salienta que esse governo ainda não havia sido desacreditado e desmascarado pelas grandes massas operárias e camponesas, isto é, “não havia tido tempo de esgotar suas possibilidades como organização burguesa revolucionária” e, nesse sentido,

“lançar a palavra de ordem dos *Soviets* e da derrocada do governo Wu-Tchang, no momento em que as massas ainda não se haviam convencido, por sua própria experiência, da inutilidade desse governo, da necessidade de sua derrocada; significava antecipar-se, isolar-se das massas, privar-se do apoio das massas e fazer fracassar, desse modo, a obra iniciada.”¹⁸

Dessa maneira, segundo Stálin, é necessário, em primeiro lugar, esgotar as possibilidades do *Kuomintang* como organização burguesa revolucionária, para depois fazer a revolução proletária avançar e, nesse sentido, a oposição comete

12 “O problema camponês”, op. cit.

13 Cf. “Entrevista con los estudiantes de la Universidad Sun Yat-Sen” In: *Obras* (tomo 9). Moscou: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1954. No mesmo tomo das obras do dirigente comunista, é possível encontrar um discurso pronunciado na 10ª seção do 8º Pleno do Comitê Executivo da Internacional Comunista, realizado em 24 de maio de 1927, no qual Stálin torna a discutir a questão do peso do proletariado industrial nas formações sociais “coloniais e dependentes”. Ver: “La revolución en China y las tareas de la Internacional Comunista”.

14 Cf. “Sobre o problema da China”, op. cit., p. 170.

15 Na “Carta a Chugonov”, escrita em 9 de abril de 1927, Stálin explica as razões pelas quais os comunistas puderam se aliar com os sunyatsenistas no *Kuomintang*: “A diferença entre o sunyatsenismo e o comunismo (marxismo) segue em pé. Se, apesar de tudo, os comunistas da China colaboram com os kuomintanistas, isso se deve aos três princípios de Sun Yat-Sen – democracia, nacionalidade e socialismo – como uma base perfeitamente aceitável para o trabalho conjunto dos comunistas e dos sunyatsenistas no partido do

Kuomintang, nesta fase concreta do desenvolvimento da revolução chinesa”. “Carta a Chugonov” In: *Obras* (tomo 9), op. cit., p. 207.

16 Cf. “Sobre o problema da China”, op. cit., p. 171.

17 Ao conceber os *soviets* como uma organização da luta operária contra o poder existente, Stálin problematiza a questão do momento e das condições propícias para sua implementação. Segundo ele, os *soviets* não podem se instalar em quaisquer momentos e condições, ou melhor, é apenas nas condições de insurreição ou luta direta das massas contra as relações de poder existentes que os *soviets* podem se materializar efetivamente. Do contrário, “a melhor organização revolucionária da classe operária” corre o risco “de se apodrecer e de se transformar numa arena de vazias lutas verbais”. Cf. “Acerca de los problemas de la revolución China (respuesta al camarada Marchulin)” In: *Obras* (tomo proletariado industrial nas formações sociais “coloniais e dependentes”. Ver: “La revolución en China y las tareas de la Internacional Comunista”.

18 Cf. “Sobre o problema da China”, op. cit., p. 170.

o equívoco de tomar a sua própria consciência como a consciência das massas de operários e camponeses. Stálin concorda com a oposição quanto ao fato de o Partido ter que marchar adiante (ser a vanguarda), mas faz a seguinte ponderação: desde que seja amparado pelas massas (possuir retaguarda):

“Marchar para adiante separando-se da retaguarda, não sabendo levar consigo a retaguarda, significa cometer um erro capaz de fazer fracassar o movimento de avanço das massas durante determinado período. A direção leninista consiste precisamente em que a vanguarda saiba arrastar *atrás de si* a retaguarda, em que a vanguarda marche para diante *sem se separar* das massas. Mas para que a vanguarda possa conduzir efetivamente atrás de si as grandes massas, para isso se requer uma condição decisiva, e essa é exatamente que *as próprias massas se convençam por sua própria experiência, do acerto das indicações, diretivas e palavras de ordem da vanguarda.*”¹⁹

Finalmente, quando trata da questão do poder futuro na China, Stálin apresenta o seguinte diagnóstico:

“Eu penso que o futuro poder revolucionário da China chamará por sua natureza aquilo que foi a questão na Rússia em 1905, ou seja, a ditadura do proletariado e dos camponeses, com a diferença, contudo, que será um poder antiimperialista por excelência. Será um poder transitório para a evolução não-capitalista, ou, mais exatamente, para a evolução socialista da China.”²⁰

A análise da situação concreta como instrumento da luta revolucionária pode ser tomada como um dos elementos fundamentais da teoria de Stálin acerca da revolução. Isso leva o dirigente comunista a se distanciar de uma visão triunfalista da revolução, que concebe uma situação revolucionária para cada nascer do sol, ou melhor, para cada agitação das massas populares. Distinguir se as condições são favoráveis ou não ao avanço da luta revolucionária parece ser uma das virtudes de suas intervenções. No entanto, cabe indagar se a análise de Stálin não redundaria numa visão mecanicista da história. Para confirmar tal hipótese, seria necessário, de nossa parte, cotejar a sua análise com cada momento histórico e verificar a procedência da mesma. Problema que não pode ser resolvido neste simples artigo. Outra opção encontra-se na tentativa de questionar a própria base de argumentação de sua análise, ou seja, questionar o que poderíamos chamar

de teoria unilinearista do desenvolvimento histórico ou teoria dos estágios obrigatórios de todo povo, segundo a qual todas as sociedades conheceriam, mais cedo ou mais tarde, cinco tipos fundamentais de relações de produção em sua história: a comunidade primitiva, a escravidão, o feudalismo, o capitalismo e o socialismo. Essa tese redundaria num determinismo mecanicista, na medida em que concebe o socialismo como uma relação de produção que se formará *necessariamente* após o colapso do capitalismo, o que significa dizer que nenhum outro tipo de relação de produção poderá ocupar essa posição, já previamente estabelecida pelas condições históricas do presente. Pensar o socialismo como uma possibilidade histórica parece-nos ser a única maneira de romper com esse esquema mecanicista. Isso nos remete à idéia segundo a qual as lutas do presente não geram necessariamente consequências preestabelecidas, podendo surtir efeitos variados e reversíveis.

A respeito dessa visão mecanicista da história, e da tese da inevitabilidade do socialismo, podemos indagar se seria uma forma encontrada por dirigentes políticos para dar “ânimo” à luta das massas ou se redundaria numa simples visão “evolucionista”. Tal como Stálin, Lênin também teve seus momentos de evolucionismo histórico. Em seu livro *Imperialismo*: fase superior do capitalismo, por exemplo, confere dois sentidos para o termo “fase superior”. No imperialismo, a história do capitalismo conheceria uma forma de vida – graças à concentração da produção e do capital em grandes monopólios e graças à criação da “oligarquia financeira” – na qual o capital financeiro adquiria uma importância primordial, em detrimento da própria atividade produtiva. Há, no entanto, um outro sentido para o conceito de “fase superior”, que está ligado à transição para o socialismo: o monopólio seria “a transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada”; o que leva Lênin a concluir: “De tudo o que dissemos sobre a essência econômica do imperialismo, deduz-se que se deve qualificá-lo de **capitalismo de transição**, ou, mais propriamente, de capitalismo agonizante.” Dessa perspectiva, a “evolução das técnicas e da organização da produção” conduziria “inelutavelmente” ao socialismo.²¹

Em resumo, a teoria de Stálin fundamenta-se no seguinte pressuposto: o centro da revolução mundial é a União Soviética, pois foi nessa formação social que a revolução socialista teve seu início triunfante e é esta formação social que serve de modelo e apoio às outras revoluções em curso. Desse

19 “Sobre o problema da China”, op. cit., p. 180.

20 STÁLIN, Joseph. “Les perspectives de la révolution en Chine” In: BROUÉ, Pierre, op. cit., p. 24.

21 Cf. “Imperialismo: fase superior do capitalismo”. In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa Ômega, [a.c. 1982], pp. 667-669 (grifo nosso).

modo, todas as outras formações sociais tenderiam a caminhar, mais cedo ou mais tarde, rumo a esse modelo ou “espírito absoluto” – a URSS –, o que levaria o socialismo ao triunfo em escala mundial. Stálin abstrai, assim, as especificidades de cada formação social em nome da tese da revolução em um só país. Nessa formulação teórica, o dirigente comunista não abre espaço para que outras formações sociais superem ou ultrapassem as realizações alcançadas pelo que ele denominou “epicentro revolucionário”. A despeito de apresentar as diferenças de composição das classes sociais em um conjunto de formações sociais analisadas, parece ser fundamental no esquema analítico de Stálin a idéia de uma evolução unilinear da revolução para a história de todos os povos.

A questão das alianças na etapa revolucionária

Como questão decorrente da ditadura do proletariado, acima indicada, Stálin elege o problema do aliado do proletariado na sua luta pelo poder, a saber, o problema do camponês. Assim, o dirigente comunista apresenta uma posição distinta da adotada pela Segunda Internacional Comunista, que, segundo ele, teria sido indiferente ao problema do camponês, ou seja, “reconhece a existência de uma capacidade revolucionária nas fileiras da maioria dos camponeses e a possibilidade de aproveitá-la no interesse da ditadura do proletariado”, assegurando, no entanto, que o proletariado não deve apoiar qualquer movimento camponês, mas apenas aqueles que impulsionem a revolução proletária.²²

Quanto a esse aspecto, Stálin aplica a sua teoria diferencial da revolução, mostrando, de início, que os camponeses da União Soviética não podem ser confundidos com os camponeses do Ocidente, pois:

“Um camponês que passou pela escola de três revoluções, que lutou pelo proletariado e sua direção, contra o czar e contra o poder burguês, um camponês que recebeu da mão da revolução proletária a terra e a paz e que, devido a isso, converteu-se em reserva do proletariado, este camponês deve distinguir-se do camponês que lutou na revolução burguesa sob a direção da burguesia liberal, que recebeu a terra das mãos desta burguesia e se converteu graças a isso em reserva da burguesia.”²³

Ou em outro texto ao se referir ao problema

da revolução chinesa:

“Impossível persuadir a massa pela agitação e pela propaganda unicamente. É necessário que a massa tenha suas próprias experiências políticas. É necessário que as amplas massas sintam elas mesmas a inevitabilidade, por exemplo, da queda do regime de opressão, a inevitabilidade do estabelecimento de uma nova ordem política e social.”²⁴

Ao seguir essa linha de argumentação, o dirigente comunista confere importância destacada à experiência de luta revolucionária dos camponeses para compreender o seu comportamento político em diferentes formações sociais. Na verdade, o camponês pode ser tomado como uma partícula de ferro num campo magnético, isto é, a partícula (os camponeses) deslocará para o pólo magnético (burguesia ou proletariado) que exercer maior atração sobre ela. Nesse sentido, é possível assegurar que, na análise de Stálin, o camponês, independentemente da formação social no qual está inserido, sempre ocupará um papel coadjuvante na luta revolucionária, ou ainda, um papel subalterno em relação à força dirigente.

A despeito de Stálin querer mostrar a importância do campesinato na edificação do socialismo, sua base de argumentação não logra explicar os motivos pelos quais a maioria da população russa deve exercer um papel coadjuvante na revolução socialista. O proletariado, por seu turno, é concebido como um detentor natural da direção de massas e a explicação para tanto é a de que este pode se organizar politicamente enquanto classe.

Talvez seja possível afirmar que Stálin aproveitou apenas uma parte da análise que Marx fez acerca dos camponeses na França de 1848. Em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, Marx ora define os camponeses como classe, ora não, ou melhor, os camponeses constituem uma classe, mas uma classe sem organização política, uma classe que se constitui como tal pelo fato de seus membros apresentarem as mesmas condições materiais de existência, os mesmo traços culturais, a mesma posição no sistema produtivo, entre outros aspectos.²⁵ Dessa forma, por não terem organização política, os camponeses se deixam representar por outrem – no caso francês, Bonaparte. A questão omitida por Stálin diz respeito à existência ou não de organização política, o que pode levar os camponeses a delegarem o poder de representação a outras classes ou se auto-

22 Cf. “O problema do camponês”, op. cit., p. 54.

23 Cf. “O problema do camponês”, op. cit., p. 60. Em outra passagem do texto, Stálin apresenta as diferenças entre a economia rural Russa e a do Ocidente para ratificar o seu posicionamento acerca do papel do campesinato. Para ele, enquanto que a primeira caracteriza-se pela cooperação rural em massa, a segunda define-se pela desagregação e decomposição.

24 STÁLIN, Joseph. “Remarques sur les questions actuelles” In: BROUÉ, Pierre, op. cit., p. 264.

25 Vale notar que Marx faz aqui uma análise dos pequenos camponeses franceses. Isso quer dizer que não é possível concluir a partir dessa análise que a condição econômica e o comportamento político do campesinato sejam os mesmos em todas as condições e situações históricas.

representarem. O dirigente comunista parece apenas se apropriar da tese segundo a qual os camponeses são incapazes de representar os seus próprios interesses. Assim, dissimula as condições concretas nas quais os camponeses podem organizar politicamente os seus interesses. Para Stálin, os camponeses estão sempre, independentemente da formação social concreta nas quais estão inseridos, fadados à condição de “reservas”, “aliados”, “aptos para colaboração econômica”, perante a burguesia ou o proletariado, ou melhor, “podem ser aproveitados” como apoio dessas duas classes fundamentais, dependendo apenas se a correlação de forças sociais é mais favorável a uma ou outra.

Quando a análise se dirige especificamente à formação social chinesa, as razões pelas quais os camponeses devem ser tutelados por outras classes ficam evidentes: “Não se pode constituir os soviets nos campos sem os fazer nos centros industriais da China”²⁶, ou ainda, aos camponeses, não se coloca na ordem do dia a questão dos *soviets*, mas sim dos comitês camponeses que sejam eleitos pelos mesmos e capazes de formular suas reivindicações essenciais. Dito de outra maneira: os camponeses não têm condições de lutar contra o poder existente, suas lutas, na verdade, estão restritas ao plano das reivindicações imediatas mais urgentes.

Stálin indica também as vias que os revolucionários devem seguir para sublevar milhões de chineses à revolução. Nesse caso, o dirigente comunista confere ao campesinato uma reduzida autonomia de organização política, mesmo no plano da formação dos comitês camponeses. Segundo ele, as vias seriam as seguintes:

“A primeira é aquela da formação de comitês camponeses e da penetração nesses comitês de **revolucionários chineses capazes de agir sobre o campesinato.**”

“A segunda via é aquela de uma **ação sobre o campesinato** no seio do aparelho de um novo poder nacional revolucionário.”

“A terceira via consiste em **agir sobre o campesinato** no seio do exército revolucionário.”²⁷ (grifos nossos)

Para concluir, Stálin realça o caráter antiimperialista da luta revolucionária na China, colocando como palavra de ordem a nacionalização das empresas. O dirigente comunista traça, nesse caso, uma hierarquia do processo de nacionalização que se inicia com as estradas de ferro, passa pelas

fábricas e usinas mais importantes e, em seguida, pelas empresas controladas por proprietários hostis ao povo chinês, encerrando com a nacionalização do solo. Enfim, Stálin deixa explícito a tese do primado das forças produtivas, ou seja, a revolução deve iniciar nas cidades e terminar nos campos. Em nenhum momento, se pensa numa inversão de modo a superar as contradições existentes entre campo e cidade, ou ainda, superar a posição subalterna do campo perante a cidade, do campesinato diante do proletariado.

Resumindo, ao subestimar a capacidade política do campesinato e delegar ao proletariado a direção da revolução, Stálin parece não lograr superar uma visão formalista das forças sociais em luta, nem, conseqüentemente, traçar uma política justa contra o inimigo, contradizendo, dessa maneira, seus próprios dizeres:

“Uma política justa não deve conduzir sempre e em todas as condições à vitória sobre o inimigo. A vitória direta sobre o inimigo não é somente determinada por uma política justa, mas em primeiro lugar e sobretudo pelas relações de classe, pela superioridade manifesta das forças que estão do lado da revolução, pela decomposição do campo adversário, pela situação internacional favorável.”²⁸

Dito de outra maneira, Stálin apostou na aliança entre o proletariado urbano e a burguesia nacional em vão, bem como subestimou o papel do campesinato na revolução chinesa do biênio 1925-1927, quando negou a este o papel de direção do movimento revolucionário. No limite, ao analisar a questão chinesa nos anos de 1920, antes de atrelar a luta antiimperialista à luta contra a exploração de classe, Stálin vinculou-a ao esquema unilinear de desenvolvimento de todos os povos, o que corresponde à defesa, mesmo que indireta, da necessidade da exploração de classe para constituir o socialismo. Dentro dessa perspectiva, com a ditadura do proletariado, uma nova classe passaria a exercer o poder. No entanto, cabe a pergunta: e a perspectiva da abolição das classes sociais? Nos escritos de Stálin sobre a luta de classes na China nos anos de 1920, essa é uma questão que parece não ter a mínima importância, o que torna seu antiimperialismo uma política que tem como corolário central de longo prazo a perpetuação das relações de classe.

26 Cf. “Les perspectives de la révolution en Chine” In: BROUÉ, Pierre, op. cit., p. 25.

27 Cf. “Les perspectives de la révolution en Chine”, op. cit., pp. 26-27.

28 Cf. “Remarques sur les questions actuelles”, op. cit., p. 261.